



COMPARAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACOLHIMENTO PARA REFUGIADOS PÓS-GUERRAS: impactos socioculturais, mentais e de saúde

Yuri Cavalcanti Albuquerque Tenorio¹
Thayrone Romário da Silva Santos²
Cesário da Silva Souza³
Verônica Teixeira Marques⁴

Resumo

Objetivo: Comparar e analisar políticas de acolhimento a refugiados pós-guerras, identificando práticas bem-sucedidas e áreas para aprimoramento. Métodos: Revisão integrativa qualitativa, examinando artigos e revisões, publicados entre 2019 e 2024 usando os descritores “public policy”, “refugees”, “host society of migrants” em inglês e português nas plataformas PubMed, SciELO e EBSCO. Critérios de inclusão foram trabalhos com visão ampla das estratégias de acolhimento e integração de refugiados pós-conflitos. Resultados: A integração de refugiados em novas sociedades é desafiadora devido a barreiras linguísticas e culturais, estigma, e dificuldades no acesso a emprego, moradia, educação e serviços de saúde, por vezes resultando em isolamento e perda de identidade cultural, culminando em transtornos mentais. Considerações finais: O sucesso das políticas de acolhimento depende de uma abordagem que promova integração e bem-estar dos refugiados, avaliando de forma individualizada cada população.

Palavras-chave: Política pública; refugiados; sociedade receptora de migrantes.

COMPARISON OF PUBLIC RECEPTION POLICIES FOR POST-WAR REFUGEES: sociocultural, mental, and health impacts

Abstract

Objective: To compare and analyze post-war refugee reception policies, identifying successful practices and areas for improvement. Methods: Qualitative integrative review, examining articles and reviews published between 2019 and 2024 using the descriptors “public policy,” “refugees,” and “host society of migrants” in both English and Portuguese on the PubMed, SciELO, and EBSCO platforms. Inclusion criteria focused on works providing a broad view of post-conflict refugee reception and integration strategies. Results: Refugee integration into new societies is challenging due to linguistic and cultural barriers, stigma, and difficulties in accessing employment, housing, education, and healthcare, often resulting in isolation and loss of cultural identity, culminating in mental health disorders. Final considerations: The effectiveness of reception policies depends on an approach that promotes refugee integration and well-being, assessing each population individually.

Keywords: Public policy; refugees; host society of migrants

Artigo recebido em: 09/06/2024 Aprovado em: 21/11/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v28n2.2024.28>

¹ Centro Universitário de Maceió - UNIMA/AFYA. E-mail: tenorio.yuri@cardiol.br

² Nutricionista formado no Centro Universitário Tiradentes (atual Centro Universitário de Maceió). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas. E-mail: thayronenascimento@hotmail.com

³ Graduado em Fisioterapia pela Faculdade de Alagoas. Mestrado pela UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. Doutorado pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: cesario.filho@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências Sociais pela UFBA. Mestre em Ciência Política pela UFPE. Graduada em Ciências Sociais pela UFS. E-mail: veronica.marques@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Convenção de Genebra em 1951 definiu refugiados como indivíduos que fogem de seus países de origem devido a um medo fundado de perseguição com base em raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em um determinado grupo social (Slamet, 2022, p. 45). Esta definição passou por uma aplicação por meio do Protocolo de 1967, removendo restrições geográficas e temporais, garantindo uma proteção mais ampla para refugiados em todo o mundo (Terry-Ann, 2020, p. 22).

A emergência de conflitos armados e crises humanitárias ao redor do mundo tem levado ao aumento dramático no número de refugiados, que são forçados a deixar seus lares em busca de segurança e estabilidade em outras nações (Yashadhana *et al.*, 2023, p. 1). Este fenômeno global desafia os países acolhedores a desenvolver e implementar políticas públicas eficazes para o acolhimento de refugiados. Tais políticas não só precisam garantir a satisfação de necessidades básicas, mas também promover a integração social e econômica desses indivíduos, que frequentemente enfrentam barreiras culturais e linguísticas significativas (Krystallidou *et al.*, 2024, p. 2). A integração social dos refugiados, por sua vez, é definida pela participação ativa dos mesmos em várias instituições sociais, como moradia, educação e emprego, o que promove relações sociais, um sentimento de pertença e a capacidade de manter a identidade cultural enquanto se adapta à sociedade anfitriã (Ioannis, 2023, p. 206).

O acolhimento de refugiados é um tema que transcende o mero assistencialismo, englobando aspectos socioculturais e de saúde pública que são fundamentais para a integração efetiva dos refugiados nas sociedades que os recebem (Salami *et al.*, 2021, p. 204). As políticas públicas nessa área não apenas refletem a capacidade de um país de gerenciar crises humanitárias, mas também seu compromisso com os direitos humanos e a solidariedade global (Lee *et al.*, 2023, p. 44). Portanto, compreender os impactos dessas políticas é vital para fortalecer a coesão social e promover um ambiente acolhedor e inclusivo.

Os refugiados de guerras enfrentam desafios socioculturais significativos ao se adaptarem a novos ambientes. A migração forçada frequentemente resulta na perda de conexões familiares e comunitárias, além de uma ruptura com suas tradições culturais e sociais. Esse deslocamento pode gerar um sentimento de desarraigamento e isolamento, dificultando a integração nas sociedades de acolhimento (Blackmore *et al.*, 2020, p. 18). Além disso, refugiados muitas vezes enfrentam discriminação e estigma, que podem ser exacerbados por diferenças linguísticas e culturais. A adaptação a novos costumes, normas sociais e sistemas de valores requer um esforço considerável tanto dos refugiados quanto das comunidades que os recebem. As políticas públicas de acolhimento

que promovem o respeito à diversidade cultural e incentivam a participação ativa dos refugiados na vida comunitária são fundamentais para facilitar sua integração social (Mahimbo *et al.*, 2022, p. 509).

A saúde dos refugiados abrange uma ampla gama de necessidades, que vão desde cuidados médicos básicos até a prevenção de doenças e a promoção da saúde. Refugiados frequentemente enfrentam condições de vida precárias, falta de acesso a água potável, saneamento inadequado e nutrição deficiente, o que pode levar a problemas de saúde como doenças infecciosas, desnutrição e doenças crônicas (Ryom *et al.*, 2022, p. 5). O acesso limitado aos serviços de saúde nos países de acolhimento é um desafio adicional, exacerbado por barreiras linguísticas, culturais e econômicas. Durante crises como a pandemia de COVID-19, a vulnerabilidade dos refugiados se torna ainda mais evidente, com dificuldades para obter informações precisas sobre medidas preventivas e acesso a vacinas (Mahimbo *et al.*, 2022, p. 505).

A saúde mental dos refugiados é uma questão crítica que demanda atenção especial nas políticas públicas de acolhimento. Refugiados frequentemente enfrentam traumas significativos devido a conflitos, violência e perdas, o que pode resultar em uma prevalência elevada de transtornos mentais, como estresse pós-traumático (TEPT), depressão e ansiedade (Woodward *et al.*, 2023, p. 2). Além disso, o processo de deslocamento e adaptação a um novo país pode exacerbar essas condições, especialmente quando há barreiras linguísticas e culturais que dificultam o acesso aos serviços de saúde mental. O suporte adequado à saúde mental é essencial não apenas para o bem-estar individual dos refugiados, mas também para sua integração social e econômica nas comunidades de acolhimento (Blackmore *et al.*, 2020, p. 3).

Neste contexto, uma análise das políticas públicas adotadas por diversos países é crucial para entender os métodos com melhores resultados e as áreas que ainda necessitam de desenvolvimento. Este artigo emprega uma metodologia de revisão integrativa qualitativa para comparar as políticas públicas de acolhimento de refugiados após guerras entre 2019 e 2024, visando identificar práticas que se mostraram bem-sucedidas e as que requerem aprimoramento. Para este estudo, foram selecionados artigos completos publicados no período, incluindo revisões de literatura que discutem políticas recentes voltadas para refugiados e migrantes forçados dos últimos cinco anos. A definição para o período de cinco anos se deu porque esse período reflete as atualizações mais recentes e relevantes nas políticas públicas, considerando os avanços tecnológicos, mudanças legislativas e impactos globais que moldaram as iniciativas de assistência aos refugiados em zonas de conflito.

Os critérios de inclusão focaram em trabalhos que apresentam e discutem estratégias de acolhimento e integração de refugiados em contextos pós-conflitos de guerras. Por outro lado, foram excluídos do estudo artigos que se concentram exclusivamente em aspectos médicos, educacionais ou

sociais dos migrantes sem uma análise das políticas públicas de acolhimento, bem como estudos que abordam migração por motivos econômicos ou ambientais sem uma ligação direta com conflitos ou guerras. O método de pesquisa foi conduzido por meio dos descritores em português “política pública”; “refugiados” e “sociedade receptora de migrantes” e em inglês “public policy”; “refugees”; “host society of migrants”, separados por meio do operador booleano AND. Foi utilizado o protocolo para padronização de pesquisas denominado *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), sendo escolhidas as seguintes plataformas: PubMed, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Elton B. Stephens Company* (EBSCO). Após avaliação de títulos e resumos, foram selecionados 221 artigos, junto com as buscas adicionais que incluíram impacto sociocultural e impacto na saúde e saúde mental, sendo então selecionados 26 artigos após leitura completa por dois avaliadores, preenchendo os critérios de inclusão e exclusão.

Assim, este artigo explora o impacto sociocultural e de saúde pública das políticas de acolhimento para refugiados de conflitos pós-guerras, avaliando como essas políticas influenciam a qualidade de vida dessas pessoas e a integração social ao novo ambiente. Através deste trabalho foi possível identificar nos últimos cinco anos os estudos publicados nas plataformas pré-definidas, sobre políticas públicas de acolhimento para refugiados. Foi possível verificar as melhores práticas registradas na literatura e com potencial para inspirar revisões de políticas ou novas políticas de acolhimento aos refugiados de conflitos pós-guerras, essenciais para a construção de comunidades mais resilientes e inclusivas.

2 O IMPACTO SOCIOCULTURAL

A integração em uma nova sociedade pode ser desafiadora para os refugiados, incluindo questões como acesso a emprego, moradia, educação e serviços de saúde. A adaptação a um novo país muitas vezes envolve superação de barreiras linguísticas e culturais, o que pode dificultar a integração social e econômica dos refugiados, além de frequentemente enfrentarem estigma e discriminação em seus países de acolhimento, o que pode impactar negativamente em diversas esferas. Sendo assim, o deslocamento forçado muitas vezes resulta na perda de identidade cultural, conexões familiares e rede de apoio, o que pode causar isolamento e solidão, podendo se estender às gerações futuras (Blackmore *et al.*, 2020, p. 18).

Refugiados muitas vezes ocupam empregos precários e podem ser mais vulneráveis a impactos econômicos adversos, como perda de emprego, redução de renda e insegurança alimentar durante crises econômicas. Apesar dos desafios, as comunidades de refugiados muitas vezes demonstram resiliência e solidariedade, mobilizando-se para apoiar uns aos outros e encontrar

soluções criativas para enfrentar os impactos socioculturais da crise (Betts; Easton-Calabria; Pincock, 2021, p. 4). O impacto nas demandas essenciais para garantir sua sobrevivência, segurança e bem-estar durante a crise humanitária é bem documentado na mídia e nos estudos aqui já citados. Isso inclui acesso a abrigo adequado, alimentos, água potável, cuidados de saúde básicos, saneamento, segurança pessoal e proteção contra violência e exploração. Além disso, as necessidades humanas básicas também podem abranger a assistência psicossocial para lidar com o trauma emocional causado pelo conflito e pela migração forçada (Lee *et al.*, 2023, p. 43).

3 O IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA

A atividade física foi descrita como tendo benefícios importantes, como alívio da dor, melhor condicionamento físico, perda de peso, fortalecimento do corpo, manutenção da saúde mental e interesse geral para os refugiados recém-chegados; entretanto, estes enfrentam várias barreiras para praticar atividades físicas e levar uma vida saudável, incluindo questões de tempo, dor, baixa renda, insegurança no emprego, pressão mental, expectativas e demandas externas, condições precárias de vida e preocupações gerais (Ryom *et al.*, 2022, p. 1).

Em relação à vacinação para prevenção de doenças e agravos à saúde, vários fatores influenciaram a cobertura vacinal da população de refugiados, como a baixa conscientização que é atribuída por meio das experiências precárias de cuidados de saúde nos países de origem, falta de conhecimento sobre vacinação e desconhecimento de medidas preventivas de saúde (Cavit; Charania, 2023, p. 6692), em especial durante o período da pandemia de COVID-19, cujas lacunas de informação sobre vacinas, combinadas com desinformação nas redes sociais, contribuíram para a relutância em muitos refugiados se vacinarem (Mahimbo *et al.*, 2022, p. 507).

Além da atividade física e outras atividades preventivas de saúde, quando se refere ao direito à saúde pública pode se tornar um desafio, tanto pela diversidade na legislação entre os países que levam a uma insegurança na cobertura da prestação dos serviços de saúde, como também pela dificuldade em se obter informações sobre como acessá-las. Um exemplo disso foi durante o período da pandemia por COVID-19, na qual muitos refugiados tiveram que formar organizações não governamentais para disseminar informações públicas, suplementação de lacunas de capacidade, prestação de cuidados de saúde, moldagem de normas sociais e rastreamento do vírus e rastreamento de contatos (Betts; Easton-Calabria; Pincock, 2021, p. 5).

A obesidade é outra preocupação de saúde significativa em relação aos refugiados, pois está associada a vários problemas de saúde, como diabetes, doenças cardiovasculares e outras condições crônicas. Refugiados podem estar em maior risco de obesidade devido a fatores como

mudanças nos padrões alimentares, falta de acesso a alimentos saudáveis, estresse e trauma relacionados à migração, entre outros. Além disso, estudos sobre doenças infecciosas entre as crianças refugiadas da África subsaariana¹, que vivem fora do continente, destacaram a malária como uma preocupação significativa devido à sua prevalência e impacto nessas populações.

4 O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL

O termo *place-making* é um conceito que se refere ao processo de criar espaços físicos e sociais que promovam o senso de pertencimento, conexão e significado para as pessoas que os habitam. A partir desta sensação de pertencimento, pode-se promover resiliência e bem-estar entre refugiados recentemente reassentados, ao permitir que construam conexões significativas com o ambiente físico e social, fortalecendo sua capacidade de enfrentar desafios e adaptar-se a novas circunstâncias (Yashadhana *et al.*, 2023, p. 9).

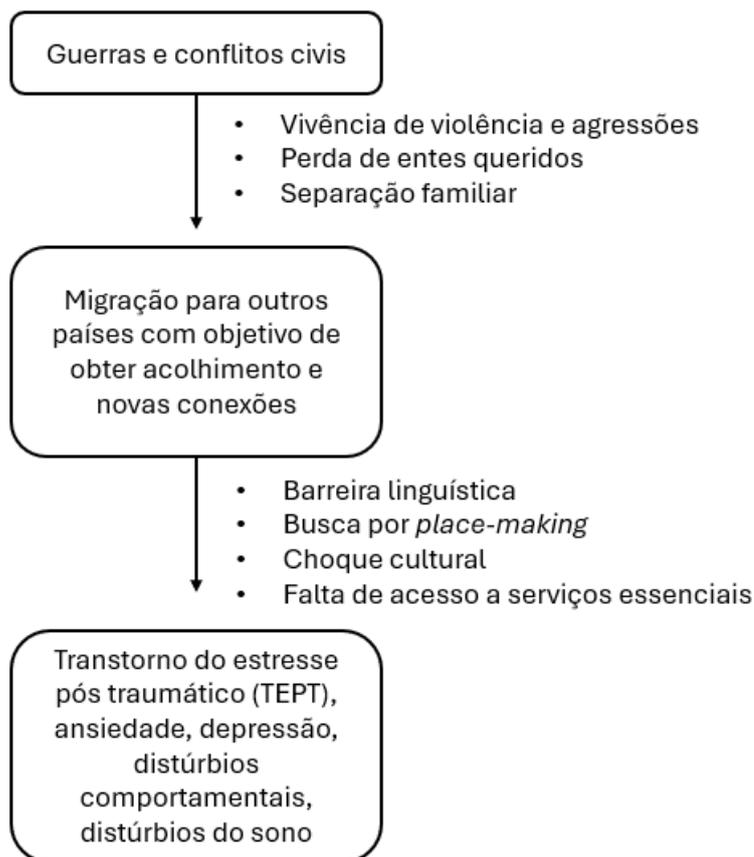
Sendo assim, quando o refugiado não encontra a conexão com o novo ambiente, pode levar a consequências negativas que tendem a persistir por vários anos após a migração. Como exemplo as altas taxas de TEPT devido a experiências traumáticas, como violência, perda de entes queridos e deslocamento forçado, como também ansiedade e depressão devido às questões psicossociais (Woodward *et al.*, 2023, p. 5; Blackmore *et al.*, 2020, p. 15). Estes indivíduos ainda são passíveis de ter barreiras linguísticas impedem o acesso aos serviços de saúde mental. Reconhecer o valor da adaptação cultural no nível da prestação de serviços de saúde é importante para uma saúde mental eficaz para refugiados e migrantes (Krystallidou *et al.*, 2024, p. 12).

Muitos refugiados enfrentaram angústia psicológica devido a questões como separação familiar, perda, medo e preocupações com o futuro (vide Figura 1). Além disso, a experiência de trauma relacionado ao conflito e estresse psicológico são observados, com relatos de distúrbios comportamentais em crianças e ansiedade e distúrbios do sono em adultos. A falta de capacidade de atender às necessidades básicas, falta de informações e preocupações com a acomodação foram fatores estressantes que afetaram a saúde mental dos refugiados, em especial os refugiados ucranianos de guerra em 2022 (Lee *et al.*, 2023, p. 42).

Um estudo que avaliou os refugiados eritreus demonstrou que suas crenças e práticas espirituais desempenharam um papel fundamental como fontes de apoio emocional e cognitivo em face do sofrimento psicológico causado por traumas, tortura e deslocamento prolongado. Para esses indivíduos, a espiritualidade oferece significado para suas experiências traumáticas, um senso de propósito e esperança, além de proporcionar alívio do estresse e dos sintomas associados. A preferência por práticas religiosas em vez de buscar serviços formais de saúde mental pode ser

atribuída a vários fatores, incluindo a acessibilidade das práticas religiosas, a menor estigmatização associada a elas e a confiança nas abordagens espirituais para lidar com o sofrimento (Fennig; Denov, 2022, p. 7).

Figura 1 - Etapas para ocorrência de transtornos mentais em refugiados de guerras



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

Ao analisar o subgrupo de refugiados menores de idade, observou-se que as crianças apresentaram um contato reduzido com os serviços de saúde mental em diversos países, incluindo, por exemplo, a Dinamarca e a Finlândia. Esse dado indica que as crianças refugiadas podem enfrentar barreiras importantes no acesso aos cuidados de saúde mental, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente seu bem-estar emocional e psicossocial. Dessa forma, uma atenção cuidadosa e sistemática aos problemas somáticos e mentais enfrentados por essas crianças é crucial, pois pode ajudar de maneira eficaz a prevenir futuros problemas sociais, proporcionando um desenvolvimento mais saudável e equilibrado para essa população vulnerável (Barghadouch; Skovdal; Norredam, 2019, p. 8).

5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACOLHIMENTO A REFUGIADOS PÓS-GUERRA

Para identificar as políticas públicas de acolhimento aos refugiados de conflitos armados pós-guerras, a leitura e análise dos 26 artigos, selecionados a partir do protocolo PRISMA, permitiram observar que 10 países tiveram suas políticas de acolhimento discutidas e analisadas nos artigos publicados entre 2019 e 2023.

Quadro 1 - Representação das principais publicações envolvendo ações públicas realizadas nos países da Polônia, Brasil, Dinamarca, Nova Zelândia, Austrália, Israel, Egito, Alemanha, Suécia e Países Baixos com objetivo de acolher refugiados de guerras (2019 a 2023)

País	Fonte	Políticas e Práticas Principais	Impactos ou Detalhes Adicionais
Polônia	Lee et al. 2023	Polônia adotou abordagem inclusiva para integração de refugiados ucranianos com serviços essenciais, inserção em saúde, educação, emprego e apoio psicossocial.	Mais de 3 milhões de refugiados em dois meses no período de guerra.
Brasil	Kreutz & Damaceno. 2023	Lei de Migração trata migrantes como sujeitos de direitos, garantindo igualdade e direitos fundamentais.	Abordagem inclusiva, mas enfrenta desafios com políticas de controle migratório e deportações.
Dinamarca	Ryom et al. 2022 e Barghadouch et al. 2019	Programa em Silkeborg para inserção de refugiados no mercado de trabalho e no sistema de saúde.	Recebeu mais de 500 refugiados por ano, limitado suporte contínuo após período inicial.
Nova Zelândia	Cavit et al. 2023	Estratégias para melhorar a prestação de serviços de imunização para crianças refugiadas, recursos culturalmente apropriados.	Melhoria no acesso e eficiência dos serviços de saúde, com ênfase em inclusão cultural e linguística.
Austrália	Mahimbo et al. 2022 e Ziersch et al. 2020	Medidas para promover a aceitação de vacinas COVID-19 entre refugiados, incluindo médicos bilíngues e mídias sociais.	Foco na melhoria da comunicação e redução da desinformação sobre vacinas.
Israel	Fennig & Denov. 2022	Falta de inclusão e clareza na política para acolhimento dos refugiados eritreus, enfrentando incerteza legal e social.	Situação de limbo, medo de detenção e deportação, estresse e insegurança contínuos dos refugiados.
Egito, Alemanha, Suécia	Woodward et al. 2023	Intervenções para saúde mental de refugiados sírios, incluindo aplicativos de autoajuda e inovações psicológicas digitais.	Redução do estigma, facilitação do acesso a serviços de saúde mental, suporte adaptado culturalmente.
Países Baixos	Woodward et al. 2022	<i>Problem Management Plus</i> , intervenção psicológica digital para refugiados.	Foco na partilha de tarefas e apoio psicológico, adaptada às necessidades dos refugiados.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

O reconhecimento governamental da população refugiada é crucial para promover a estabilização psicossocial e a redução do estresse deste grupo. Este processo é reforçado pelo

conhecimento dos direitos individuais e pelo acesso aos sistemas legais formais, que conferem poder aos refugiados em contraste com as práticas jurídicas informais prevalentes em seus países de origem, as quais frequentemente engendram situações de insegurança e tensão. Adicionalmente, considerações de gênero, como a ampliação de certas liberdades para mulheres refugiadas — exemplificada pela possibilidade de casamento fora de seu grupo cultural e pelo acesso a suporte governamental —, influenciam significativamente tanto o bem-estar físico quanto o mental desses indivíduos (Yashadhana *et al.*, 2023, p. 8).

É fundamental mencionar a sobrecarga enfrentada pelos serviços locais em regiões que recebem migrações maciças de refugiados durante conflitos armados. Um caso emblemático ocorreu em 2022 (vide Quadro 1), quando a migração em larga escala da Ucrânia para a Polônia, desencadeada por guerra, resultou em um influxo de mais de 3 milhões de refugiados ucranianos em apenas dois meses, culminando em uma complexa crise humanitária. Em resposta, a Polônia adotou uma abordagem inclusiva para a integração dos refugiados, implementando políticas e programas que transcendiam a oferta de abrigo e assistência básica. Essas iniciativas facilitaram a inserção dos refugiados na sociedade polonesa, proporcionando-lhes acesso a serviços essenciais como saúde, educação, emprego e apoio psicossocial. O objetivo dessas políticas foi assegurar que os refugiados pudessem reconstruir suas vidas de maneira digna e sustentável (Lee, 2023, p. 41).

No Brasil, a Lei de Migração de 2017 (BRASIL, 2017, p. 1) trata o migrante como um sujeito de direitos e garante, em todo o território nacional, a sua condição de igualdade com os nacionais. Portanto, a lei assegura aos migrantes presentes no território nacional, independentemente de sua condição migratória, direitos fundamentais, tais como o direito à vida, o direito à liberdade, o direito à igualdade, o direito à segurança e o direito à propriedade. Entretanto, é importante notar que os Estados nacionais possuem o poder soberano de estabelecer leis e regulamentos para controlar quem entra e quem permanece em seus territórios. Isso pode resultar em várias medidas restritivas, incluindo restrições à entrada de migrantes, deportações e políticas de imigração seletiva. Tais medidas, por vezes, podem entrar em contradição com os preceitos estabelecidos pela própria Lei de Migração. Essas contradições podem surgir quando a aplicação rigorosa das leis de controle migratório interfere nos direitos assegurados pela legislação migratória, criando um dilema entre a proteção dos direitos dos migrantes e a soberania do Estado em controlar suas fronteiras (Kreutz; Damaceno, 2023, p. 16).

Na Dinamarca, onde foi desenvolvido um programa oferecido pelo município de Silkeborg, nos últimos anos tem recebido um número relativamente grande de refugiados, com mais de 500 por ano entre 2014 e 2018, alocados pelo estado dinamarquês. O objetivo do programa foi introduzir os refugiados recém-chegados ao mercado de trabalho, às condições sociais e ao sistema de saúde do

país. Além desse programa, não há esforços formalizados de promoção da saúde, exceto um check-up de saúde voluntário oferecido pelos médicos gerais, que raramente é utilizado pelos refugiados recém-chegados em Silkeborg e em todo o país (Ryom *et al.*, 2022, p. 6). Outrossim, existem iniciativas relacionadas à saúde de crianças refugiadas, com foco específico em aspectos como direitos de saúde, necessidades urgentes de saúde e promoção da saúde. Existe uma diretriz que visa identificar e atender às necessidades urgentes de saúde das crianças refugiadas, garantindo que recebam tratamento adequado e oportuno para quaisquer condições médicas críticas ou emergências de saúde que possam surgir durante o processo de asilo (Barghadouch; Skovdal; Norredam, 2019, p. 10).

Na Nova Zelândia, algumas políticas e estratégias foram implementadas com o objetivo de abordar as barreiras existentes e melhorar a prestação de serviços de imunização para crianças refugiadas. Essas medidas incluíram, em particular, a provisão de recursos que são cultural e linguisticamente apropriados, o que ajuda a garantir que as informações sobre imunização sejam compreendidas por todos os grupos de refugiados. Além disso, campanhas educacionais para aumentar a conscientização sobre a importância da imunização entre as comunidades de refugiados. Com objetivo de reduzir as barreiras de acesso aos serviços de saúde, houve a oferta de clínicas que funcionam fora do horário comercial habitual e melhoria da eficiência do sistema de saúde para atender melhor às necessidades específicas dessa população vulnerável. Por fim, políticas de reassentamento inclusivas para garantir que os refugiados se integrem de maneira mais eficaz na sociedade, com equipes de saúde culturalmente competentes treinadas para atender de forma sensível e adequada às necessidades dos refugiados por meio de acesso a intérpretes e sistemas de gerenciamento de dados eletrônicos adequados e atualizados para garantir que a informação seja corretamente registrada e utilizada para melhorar a prestação de serviços de imunização (Cavit; Charania, 2023, p. 6696).

Em Sydney na Austrália, o governo necessitou entrar com medidas públicas para minimizar rejeições de refugiados a tomarem a vacina para COVID-19 durante o período da pandemia. Dentre as medidas, o envolvimento de médicos gerais bilíngues para melhorar a comunicação e a compreensão, a disseminação de documentos traduzidos com precisão e culturalmente apropriados por mensageiros confiáveis, como também a utilização de plataformas de mídia social, como Facebook e Whatsapp, para combater a desinformação sobre as vacinas e gerar, disseminar e consumir informações. Além disso, o governo promoveu a realização de vacinações em grupos domiciliares, clínicas móveis de vacinação, modelagem de comportamento e compartilhamento de histórias entre pares dentro das comunidades (Mahimbo *et al.*, 2022, p. 507). O governo australiano realizou também implementação de mecanismos de engajamento que permitem a participação ativa de migrantes e refugiados na definição de prioridades e no planejamento de políticas públicas de promoção a saúde (Ziersch *et al.*, 2020, p. 155).

Em Israel, algumas políticas públicas voltadas para populações migrantes demonstram uma falta de inclusão, como é evidente no caso dos refugiados eritreus. Esses indivíduos enfrentam uma situação de incerteza e transitoriedade, marcada pela ausência de uma definição clara sobre seu status legal e social. Tal indefinição contribui para conflitos de identidade e pertencimento, deixando os refugiados em um limbo, onde não se sentem completamente integrados nem ao seu país de origem, nem ao país que os acolhe. Ademais, a constante ameaça de detenção, deportação e outras formas de violência institucionalizada perpetuam um estado de estresse e insegurança. Esse cenário de medo contínuo inclui o temor de separação familiar, perda de sustento e possíveis represálias por parte das autoridades, configurando um ambiente adverso para os refugiados (Fennig; Denov, 2022, p. 3).

Em países como Egito, Alemanha e Suécia, foram desenvolvidas intervenções inovadoras para atender às necessidades de saúde mental dos refugiados sírios, particularmente aqueles que sofrem de estresse pós-traumático. Uma dessas intervenções é um aplicativo de autoajuda que se destacou por ter reduzido o estigma associado à busca por cuidados de saúde mental e por facilitar o acesso a esses serviços. Além disso, a técnica denominada *Strengthening Transcultural Mental Health Services* representa uma inovação psicológica digital, especialmente projetada para esta comunidade síria. Essa intervenção é disponibilizada por meio de um aplicativo para smartphones e é composta por cinco sessões, que incluem narrativas ilustradas e exercícios interativos, desenhados para oferecer suporte psicológico adaptado às peculiaridades culturais dos refugiados (Woodward et al., 2023, p. 3). A estratégia do uso de tecnologias digitais também foi implementada nos Países Baixos, através de uma intervenção psicológica de compartilhamento de tarefas para refugiados chamada *Problem Management Plus* (Woodward et al., 2022, p. 3).

As diversas estratégias adotadas pelos países exemplificam uma ampla gama de abordagens que podem ser melhoradas e adaptadas conforme as realidades locais e as necessidades específicas dos refugiados. Essas estratégias variam significativamente, desde atividades educativas e incentivo à vacinação, como também uso de tecnologias digitais para facilitar comunicação entre os refugiados; refletindo, assim, as condições socioeconômicas de cada país. No entanto, é evidente que há espaço para aprimoramento em todas as abordagens, visando atender de forma mais eficaz às complexas necessidades dos refugiados (Fennig; Denov, 2022, P. 10; Woodward et al., 2023, p. 6).

A insegurança sentida pelos refugiados em relação à sua estadia no país acolhedor pode levar a uma série de consequências negativas tanto na saúde física quanto na saúde mental. Esse estado de incerteza constante contribui para o aumento do estresse e da ansiedade, impactando diretamente o bem-estar geral dos indivíduos que já passaram por traumas significativos em seus países de origem. Assim, é crucial que as políticas de acolhimento sejam projetadas e implementadas considerando as peculiaridades da população, de maneira a minimizar essas inseguranças,

proporcionando um ambiente estável e seguro para a recuperação e integração dos refugiados (Krystallidou *et al.*, 2024, p. 2; Yashadhana *et al.*, 2023, p. 10).

Apesar das contribuições deste estudo para a compreensão das políticas públicas de acolhimento de refugiados pós-guerras, algumas limitações devem ser reconhecidas. Primeiramente, por se tratar de uma revisão que se baseia em fontes secundárias, pode introduzir vieses inerentes às fontes originais, como seleção de dados, interpretação subjetiva e possíveis lacunas na cobertura dos temas. Além disso, a diversidade dos contextos geopolíticos e culturais dos países estudados também representa um desafio, uma vez que as políticas e práticas de acolhimento podem variar significativamente, dificultando comparações diretas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as políticas públicas de acolhimento de refugiados pós-guerras, com foco nos impactos socioculturais e de saúde pública. A revisão integrativa qualitativa de artigos publicados entre 2019 e 2024 revelou práticas bem-sucedidas e áreas que necessitam de aprimoramento.

Os resultados indicam que a integração dos refugiados em novas sociedades é um processo complexo, influenciado por barreiras linguísticas, culturais e econômicas. Políticas públicas eficazes devem abordar essas barreiras para promover a inclusão social e econômica dos refugiados. Exemplos de boas práticas incluem a abordagem inclusiva da Polônia para integrar refugiados ucranianos e as estratégias da Nova Zelândia para melhorar a imunização infantil entre refugiados.

A saúde pública dos refugiados é uma preocupação crítica, com desafios que vão desde o acesso a cuidados básicos até a prevenção de doenças. A pandemia de COVID-19 destacou a vulnerabilidade dos refugiados, evidenciando a necessidade de políticas de saúde pública que incluam campanhas de conscientização e acesso facilitado a serviços de saúde. A experiência da Austrália em combater a desinformação sobre vacinas entre refugiados é um exemplo de intervenção eficaz.

A saúde mental dos refugiados também é uma área de preocupação significativa. O estudo identificou uma alta prevalência de transtornos mentais entre refugiados, exacerbada por traumas de guerra e dificuldades de adaptação. Políticas que promovem o acesso a serviços de saúde mental culturalmente sensíveis são essenciais para o bem-estar dos refugiados. A espiritualidade e as práticas religiosas foram identificadas como fontes importantes de apoio emocional para muitos refugiados, sugerindo que intervenções de saúde mental devem considerar essas dimensões.

Em Israel, a falta de inclusão nas políticas públicas para refugiados eritreus destaca a necessidade de definições claras sobre o status legal e social dos refugiados para evitar conflitos de

identidade e pertencimento. Intervenções inovadoras em países como Egito, Alemanha e Suécia, que utilizam tecnologias digitais para apoiar a saúde mental dos refugiados, mostram-se promissoras e podem ser adaptadas a diferentes contextos.

Em conclusão, as políticas públicas de acolhimento de refugiados devem ser abrangentes e adaptáveis, focando na integração social, saúde pública e saúde mental. A colaboração entre governos, organizações não governamentais e comunidades locais é crucial para desenvolver e implementar políticas que atendam às necessidades complexas dos refugiados, promovendo sociedades mais resilientes e inclusivas. Apesar das contribuições deste estudo, é importante reconhecer as limitações inerentes ao uso de fontes secundárias e a diversidade dos contextos geopolíticos e culturais dos países estudados, que podem dificultar comparações diretas.

REFERÊNCIAS

BARGHADOUCH, A.; SKOVDAL, M.; NORREDAM, M. Do health reception policies in the Nordic region recognize the rights of asylum-seeking and resettled refugee children? **Health Policy**, v. 123, n. 12, p. 1173–1184, 1 dez. 2019.

BETTS, A.; EASTON-CALABRIA, E.; PINCOCK, K. Localising Public Health: Refugee-led organisations as first and last responders in COVID-19. **World Development**, v. 139, 1 mar. 2021.

BLACKMORE, R. et al. The prevalence of mental illness in refugees and asylum seekers: A systematic review and meta-analysis. **PLoS Medicine. Public Library of Science**, 1 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 maio 2017.

CAVIT, L.; CHARANIA, N. A. Exploring factors that influence vaccination uptake for children with refugee backgrounds: An interpretive description study of primary healthcare providers' perspectives. **Vaccine**, v. 41, n. 45, p. 6690–6699, 26 out. 2023.

FENNIG, M.; DENOV, D. M. The impact of trauma, flight and protracted displacement on the mental health of Eritrean refugees living in Israel: An exploratory study of coping strategies. **SSM - Mental Health**, v. 2, 1 dez. 2022.

IOANNIS, V. The processes and problems of social integration of refugees in Greece in the 21st century. **Comparative Sociology**, v. 22, p. 205-235, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/15691330-bja10081>.

KREUTZ, I. T.; DAMACENO, S. M. Estrangeiros, nunca mais! Migrantes como sujeitos de direitos. **Revista de Políticas Públicas**, v. 27, n. 2, p. 602–621, 19 dez. 2023.

KRYSTALLIDOU, D. et al. Communication in refugee and migrant mental healthcare: A systematic rapid review on the needs, barriers and strategies of seekers and providers of mental health services. **Health Policy**. Elsevier Ireland Ltd, 1 jan. 2024.

LEE, A. C. K. *et al.* Ukraine refugee crisis: evolving needs and challenges. **Public Health**, v. 217, p. 41–45, 1 abr. 2023.

MAHIMBO, A. *et al.* Factors influencing refugees' willingness to accept COVID-19 vaccines in Greater Sydney: a qualitative study. **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, v. 46, n. 4, p. 502–510, 1 ago. 2022.

RYOM, K. *et al.* Newly arrived refugees' perception of health and physical activity in Denmark. **Journal of Migration and Health**, v. 6, 1 jan. 2022.

SALAMI, B. *et al.* Health of African refugee children outside Africa: A scoping review. **Journal of Pediatric Nursing**. W.B. Saunders, 1 nov. 2021.

SLAMET, S. International refugees in the protection of human rights: a discourse of international humanitarian law and human rights law. **ILD-ISEA**, v. 1, n. 1, p. 43-64, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15294/ildisea.v1i1.56872>.

TERRY-ANN, J. Migrants, refugees, and the politics of immigrant categorization. *Migration, Mobility, & Displacement*, v. 5, n. 1, p. 20-38, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18357/MMD51202019625>.

WOODWARD, A. *et al.* Scalability of a task-sharing psychological intervention for refugees: A qualitative study in the Netherlands. **SSM - Mental Health**, v. 2, 1 dez. 2022.

WOODWARD, A. *et al.* Scalability of digital psychological innovations for refugees: A comparative analysis in Egypt, Germany, and Sweden. **SSM - Mental Health**, v. 4, 15 dez. 2023.

YASHADHANA, A. *et al.* Place-making and its impact on health and wellbeing among recently resettled refugees in high income contexts: A scoping review. **Health and Place**. Elsevier Ltd, 1 maio 2023.

ZIERSCH, A. *et al.* Regional primary health care organisations and migrant and refugee health: the importance of prioritisation, funding, collaboration and engagement. **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, v. 44, n. 2, p. 152–159, 1 abr. 2020.

Notas

¹ A malária é uma doença infecciosa transmitida por mosquitos e é endêmica em muitas regiões da África subsaariana (Salami *et al.*, 2021, p. 204).